

ES quer US\$ 60 milhões para terceira ponte

Prazo de carência de quatro anos e pagamento de juros pelo governo federal, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) são as condições básicas para o reinício das obras da terceira ponte, dentro de um plano que deverá já nos próximos dias receber a primeira proposta dos estabelecimentos de créditos, nacionais ou estrangeiros, interessados em bancar os US\$ 60 milhões (Cr\$ 31.695.000.000,00) necessários para a continuidade da obra. Dependendo também da taxa de juros oferecida e que o projeto será viabilizado ou não.

A informação é do próprio palácio Anchieta, através da Secretaria da Comunicação Social. E o governador Gérson Camata deverá definir hoje o dia em que deverá encontrar-se com o ministro Leitão de Abreu, que já está de posse de um dossiê contendo as propostas iniciais do governo e a justificativa para a reativação da obra — que possibilitará o surgimento de cinco mil empregos diretos na área de construção civil, uma das mais debilitadas no Estado, a ponto do próprio governo ter interferido, junto com o Sindicato da Construção Civil (Sindicon), no sentido de que a Caixa Econômica Federal liberasse alguns financiamentos para evitar a paralisação total do setor.

A construção da terceira ponte não é prioritária e somente será desenvolvida em condições favoráveis ao Estado, conforme afirmou, ontem, o secretário da Comunicação Social, Edgar Cabidelli. Ele procurou esclarecer também que esse posicionamento do governo não é uma contradição em relação ao pensamento do governador durante a campanha, quando, em seus discursos, afirmava que não haveria preocupação com obras monumentais. Segundo o secretário, o plano é uma tentativa de se gerar mais empregos para a área da construção civil.

que mais se ressentem com a crise atual, e também de se encontrar uma solução para o que já foi feito. A possibilidade de venda do material estocado no canteiro de obras e a demolição ou reaproveitamento de partes da ponte também foram descartados, porque o resultado da venda não daria para pagar sequer uma das prestações da amortização do empréstimo feito inicialmente para a construção da ponte.

O custo atual da ponte é de US\$ 43.313.077,00 sendo US\$ 30.693.000,00 referentes ao capital inicial e os restantes US\$ 11.620.077,00 dos juros devidos. Deve-se acrescentar ainda a este total US\$ 8.900.000,00 pagos pelos governos estadual e federal. Atualmente a dívida do Estado por causa da terceira ponte gira em torno de US\$ 37.764.000,00, sendo que a última parcela do pagamento deverá ocorrer em outubro de 1988 e no valor de US\$ 2.445.551. Afirmando sempre que o governo vai avaliar as possibilidades de continuidade da obra e que não se trata de construí-la a qualquer custo, o secretário da Comunicação explica que, se o governo federal bancar os juros, o Estado vai construí-la.

Segundo ele, nos próximos quatro anos o Estado terá pago 50% de sua dívida, hoje estimada em Cr\$ 102 bilhões. A partir de 1987, os restantes 50% serão pagos em até 12 anos, o que possibilitará ao Estado liquidar o débito com a terceira ponte porque, mesmo com as altas do dólar, espera-se que o comportamento da arrecadação estadual, a partir de 1987, seja completamente diferente do quadro atual. Destaca ainda Edgar Cabidelli que os estudos atuais sobre a terceira ponte indicam que seria necessário um pedágio em torno de 80 centavos de dólar para tornar a obra viável em termos de retorno financeiro, tomando-se com base um tráfego diário de 20 mil veículos.